

LETRAS, ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E ALUNOS SURDOS: uma visita às práticas inclusivas

Luan Vinícius Ramos de Aquino (IC) e Valéria Bussola Martins (Orientadora)

Apoio: PIBIC Mackpesquisa

RESUMO

Há séculos a sociedade brasileira debate sobre a importância da educação de Surdos. Hoje, seja pelas diversas mudanças sociais que ocorreram ou pelos avanços as áreas da Educação Especial, sobretudo sob a perspectiva da Educação Inclusiva, o Brasil passou a defender uma visão educacional que, ao pregar o direito de todos à educação e a valorização do povo brasileiro, torna pungente a necessidade de se incluir a comunidade Surda nas escolas regulares brasileiras. Para que essa demanda se concretize, faz-se necessária a reflexão crítica e a revisão bibliográfica dos documentos legais, normativos e orientadores publicados pelo Estado para este fim. O presente trabalho visa a compreender a relação entre a educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva e a educação de Surdos nas salas de aula do ensino regular, analisando para isso as linhas teóricas sobre o ensino de Língua Portuguesa, sobre a Educação Inclusiva e sobre a inclusão da população Surda no ensino regular brasileiro. Sem deixar de vincular a prática educacional à pesquisa desenvolvida, foram ouvidos professores atuantes em três diferentes instituições de ensino, uma municipal, uma estadual e uma instituição da iniciativa privada, para buscar compreender como esses profissionais, em ambientes tão diversos, atuam em prol do ensino de Língua Portuguesa para alunos Surdos.

Palavras-chave: Ensino. Alunos Surdos. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

For centuries, Brazilian society has been debating the importance of deaf education. Today, whether because of the various social changes that have occurred or the advances in the areas of Special Education, especially from the perspective of Inclusive Education, Brazil has come to defend an educational vision that, by preaching the right of all to education and valuing the Brazilian people, makes the need to include the Deaf community in Brazilian schools one important matter. For this demand to materialize, it is necessary to critically reflect on the advances achieved through the bibliographic review of legal, normative, and guiding documents published by the State for this purpose. The present work aims to understand the relationship between special education from the perspective of inclusive education and the education of the Deaf in regular education classrooms, analyzing the theoretical lines on the teaching of the Portuguese Language, Inclusive Education, and the inclusion of the Deaf

population in regular Brazilian education. While linking educational practice to the research developed, professors working in three different educational institutions, one municipal, one state, and one private institution, were heard to seek to understand how these professionals, working in such diverse institutions, act towards the teaching of Portuguese Language for deaf students.

Keywords: Teaching. Deaf Students. Portuguese Language.

INTRODUÇÃO

Falar sobre o ensino de línguas é, para Soares (2000), falar sobre o Poder. É por meio da língua que os alunos desenvolvem a consciência de quem são, com quem e onde convivem, reflexões intrinsecamente ligadas às suas próprias identidades e ao empoderamento das comunidades linguísticas historicamente desfavorecidas que, hoje, frequentam a Escola Brasileira.

Ao abordar o ensino de Língua Portuguesa para a comunidade Surda, ou seja, para pessoas com perda auditiva que compreendem e interagem com o mundo e com a sociedade por meio de experiências visuais, manifestando-se principalmente através da Língua Brasileira de Sinais - Libras (BNCC - 2015), o presente trabalho não pôde deixar de lado a dimensão histórico-social sob a qual as práticas de ensino de línguas para essa comunidade estão imersas.

O ensino sistematizado de línguas para a comunidade Surda brasileira é uma questão discutida desde antes de 1850 que culminou na subvenção estatal do então colégio privado Instituto dos Surdos Mudos em 1857. De lá para cá, o ensino para Surdos passou por diversas mudanças no Brasil e no mundo e, hoje, é pensado a partir da perspectiva da Educação Inclusiva em que, nas palavras de Lopes (2016), “[...] as particularidades dos alunos com deficiência serão constantemente articuladas com a escolarização daqueles que não têm deficiência”.

Dessa forma, com a adoção da educação especial sob a perspectiva da educação inclusiva, a comunidade passou a conviver com os discentes típicos nas salas de aula comuns do ensino regular e as atividades educacionais das escolas regulares tiveram de ser pensadas também a partir das características desse novo grupo que passou a integrar e a frequentar os equipamentos de ensino disponíveis na rede educacional.

Além da adoção nacional da educação especial em sala de aula regular, várias mudanças legislativas a respeito do ensino de línguas para a comunidade surda se sucederam desde então, sendo o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação dessa comunidade, com a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, talvez, a principal delas.

Essa lei definiu, no parágrafo único de seu artigo 4º, que “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002), proporcionando, então, um primeiro e importante parâmetro para o ensino de línguas para a comunidade Surda desde a redemocratização: O ensino de Libras como primeira língua para

a transmissão visual-espacial de ideias e fatos oriundos das comunidades surdas brasileiras, aliado ao ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para a expressão escrita e o acesso à outros aspectos da cultura brasileira e universal.

Com a necessidade de se direcionar as ações educacionais para a comunidade, houve o decreto nacional nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que ampliou as definições acerca do uso da Língua Brasileira de Sinais nas instituições de ensino. Em seu artigo segundo, o decreto definiu que “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras” e manteve a percepção anterior de que a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, é insubstituível definindo que:

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior (BRASIL, 2005).

Tais decisões essenciais para a fundamentação sobre o ensino de Surdos permitiram que as instâncias pertinentes produzissem orientações técnicas a esse respeito e tornaram necessária a reflexão crítica sobre as práticas de ensino adotadas para assegurar a aprendizagem da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita à comunidade Surda, bem como para a verificar se elas contribuem para uma aprendizagem sem detrimento de sua capacidade comunicativa em Libras e de sua cultura.

Ao considerar como o principal fator, dentre os muitos que corroboram para o aprendizado de uma segunda língua, a necessidade de se comunicar com os seus e com os outros (HANNA, 2019), este trabalho reconhece que promover um ensino de língua dialógico, funcional e instrumental, conforme definido em Lei, é traçar um caminho rumo a um ensino de línguas reflexivo, voltado para a interação entre os indivíduos, o que, para Antunes (2005, p. 36), está relacionado ao objetivo da própria existência das línguas: a promoção da interação entre as pessoas.

Assim, este trabalho tem como problema de pesquisa o seguinte questionamento: quais práticas metodológicas podem ser adotadas nas aulas de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental para auxiliar a aprendizagem da modalidade escrita da Língua Portuguesa pelos discentes Surdos?

Por ser estudante do Curso de Letras e por ter trabalhado com a educação inclusiva na rede municipal de ensino de São Paulo e com o ensino de línguas em escolas municipais, estaduais e privadas na cidade, o pesquisador escolheu este tema de pesquisa a partir da percepção de que um número crescente de discentes com surdez têm ingressado nas Escolas Regulares, o que reforça a importância de se revisar constantemente as práticas metodológicas de sala de aula para a conciliação de ambas as línguas e culturas e a ampliação da capacidade comunicativa dos discentes.

Sendo a sala de aula um espaço dinâmico que deve estar em constante mudança para melhor se adequar ao desenvolvimento dos discentes e, tendo em vista a importância de se abordar a temática em questão com maior engajamento acadêmico pela revisão das metodologias adotadas e dos instrumentos legais nacionais, o presente trabalho se propôs a fundamentar a atuação de docentes de todo o país, tomando como base entrevistas realizadas com professores de Língua Portuguesa de três diferentes escolas em São Paulo.

Assim, a presente pesquisa objetivou a identificação das práticas metodológicas adotadas nas aulas de Língua Portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental de escolas da rede pública e privada, o estudo das orientações e instrumentos legais que norteiam a inclusão dos alunos Surdos nas aulas de Língua Portuguesa da rede regular e a reflexão a respeito dessas orientações e dessas práticas à luz dos pressupostos teóricos dos autores que têm abordado a inclusão educacional da comunidade surda. Tudo isso de forma a oferecer fundamentação teórica aos profissionais de educação durante o desenvolvimento de novas práticas de ensino de Língua Portuguesa para a comunidade.

DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

Os estudos culturais mostram cada vez mais a relação íntima entre a Língua e a Cultura de um indivíduo em uma comunidade. É por meio da língua que a cultura é expressa e é através dela que ocorrem as interações sociais, o aprendizado e a reflexão sobre o mundo, sobre a comunidade e sobre a identidade do sujeito que a utiliza.

O falante se torna, ao mesmo tempo, agente de reprodução e de inovação da cultura em que está inserido, uma vez que imprime na língua a sua mundividência, resultado de todas as interações que ele teve ao longo de sua vida. Tal capacidade dinâmica da linguagem precisa ser compreendida e integrada ao contexto da sala de aula, como defende Freire (2009, p. 09):

[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra [...]. Este movimento dinâmico é um dos aspectos centrais, para mim, do processo de alfabetização. Daí que sempre tenha insistido em que as palavras com que organizar o programa da alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando a sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, as suas reivindicações, os seus sonhos.

Na perspectiva de Soares (2000), porém, a Escola Brasileira não tem sido um espaço capaz de incorporar o universo vocabular do educando, mas, ao contrário, a Escola acabaria reproduzindo o preconceito e a segregação presentes na sociedade durante as interações entre o professor, os objetos de estudo e os discentes.

Nessas interações, as identidades destoantes daquelas prestigiadas pelas camadas influentes da sociedade seriam rejeitadas, causando a divisão entre os estudantes e a manutenção da exclusão de comunidades historicamente marginalizadas de um espaço que é responsável pela formação de sujeitos.

Assim, buscar a implantação de práticas de ensino significativas e críticas, em que a aprendizagem de língua seja também referenciada pelos elementos com os quais os estudantes têm contato diariamente e que fazem parte de seu universo cultural, como defendia Paulo Freire (2009), significaria lutar contra uma cultura educacional excludente, historicamente instituída no Brasil, e empoderar essas comunidades pelo direito de aprender.

Pensar no ensino de Língua Portuguesa para a comunidade Surda é pensar no ensino de uma língua com uma cultura e uma história constituídas, em sua maior parte, por ouvintes para uma comunidade, os Surdos, que apresenta uma forma diferente de viver e interagir com o mundo.

É importante ressaltar que essa diferença sensorial está relacionada diretamente às visões de mundo da comunidade Surda, o que culmina em uma cultura produzida por indivíduos que interagem com a Libras e se expressam através dela, sendo essa a Cultura Surda. Resgatar a experiência de mundo dos alunos Surdos nas aulas de Língua Portuguesa, como proposto por Freire (2009) para a alfabetização de adultos, pode se mostrar um caminho frutífero para o ensino de Surdos através da Educação Inclusiva.

Nesta modalidade, as práticas metodológicas devem buscar o ensino dialógico, funcional e instrumental da Língua Portuguesa, ou seja, a Escola deve ser capaz de promover, por meio do diálogo entre as diferentes formas de experienciar o mundo para que haja aprendizagens concretas e significativas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta uma visão similar à de Freire quando, na etapa do Ensino Fundamental, estabelece que:

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (BRASIL, 2017, p. 65).

Com esse parecer, a BNCC (BRASIL, 2017) reforça a importância de despertar nos alunos o reconhecimento das diferentes línguas e linguagens que fazem parte da comunicação cotidiana em face às práticas sociais. Ela também estabelece que, nos anos finais do ensino fundamental, “a diversificação de contextos permite o aprofundamento de práticas linguísticas”, o que significa que desenvolver com os alunos as variadas capacidades de expressão e de comunicação é, também, permitir que eles interajam consigo mesmos, com os demais e com o mundo, provocando mudanças internas e externas a cada novo aprendizado, ao mesmo tempo em que os alunos reconhecem a manifestação das línguas e das linguagens a partir de situações comunicativas diversas.

Tal qual os ouvintes, os membros da comunidade Surda precisam conciliar em seu processo de aprendizagem o contato com diferentes línguas e linguagens, ou seja, os alunos Surdos devem manter um aprendizado contínuo de Libras e de sua cultura ao mesmo tempo em que desenvolvem o aprendizado da Língua Portuguesa e da cultura por ela veiculada. Para isso, o discente Surdo deve decodificar e ressignificar a segunda língua à sua vivência, pois a Língua Portuguesa parte de uma experiência de mundo diferente da que a comunidade conhece.

Os Surdos conhecem e interagem plenamente com o mundo e com as pessoas através de experiências visuais, gestuais, espaciais e motoras. Experiências sensoriais que, seja desde o nascimento até a idade adulta, moldam a forma como eles se reconhecem. É importante que essa diferença seja reconhecida, pois ela afeta intimamente a forma de expressão da comunidade Surda.

Segundo Gesser (2009, p. 28), as Línguas de Sinais não são adaptações das línguas orais, mesmo que, pelo intenso contato entre as comunidades surdas e ouvintes, ocorram hibridizações e empréstimos de uma língua (Oral) à outra (Visual-Motora). As línguas de sinais, como línguas vivas, são dotadas de estruturas próprias que extrapolam aquelas das línguas orais, como é o caso da Libras, em que o contexto da enunciação acaba complementando a enunciação, dispensando o uso de estruturas comuns das línguas orais,

como artigos e preposições, ou modificando o uso delas, como é o caso das flexões verbais e de outros mecanismos linguísticos (QUADROS, 2008).

Em uma sociedade que valoriza cada vez mais a inclusão como valor intrínseco à educação e que luta para o convívio de sujeitos, alunos, professores e demais agentes escolares, típicos e atípicos no ambiente educacional, é essencial que os professores de Língua Portuguesa, e das demais áreas do saber, reconheçam tais diferenças para a prática docente. Sobre isso, Silva (2012, p. 32) aponta algumas das dificuldades vivenciadas por essa comunidade no convívio com as práticas do ensino regular:

Muitas vezes, no contato com a Língua Portuguesa, o aluno surdo percebe as dificuldades que tem em assimilar os conceitos de palavras cujo sinal ele desconhece, o que gera conflitos na comunicação [...] as dificuldades de leitura e escrita da Língua Portuguesa são consequência da falta de métodos e procedimentos de ensino adequados.

Em seu trabalho, ao levantar as dificuldades principais enfrentadas por alunos Surdos nas aulas de Língua Portuguesa, a autora identifica naquilo que chamou de “conflitos na comunicação” o resultado negativo de práticas de ensino que, por desconsiderarem as diferenças entre a língua oral e a língua visual-motora, prejudicam o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos, desestimulando o estudo da segunda língua.

Para Perlin (1998), outra característica que influencia negativamente a Educação Inclusiva de Surdos é a multiplicidade de identidades Surdas identificada por ela. Segundo a autora, aspectos socioculturais, educacionais e familiares afetam a participação dos Surdos em sua comunidade, gerando, a partir disso, cinco Identidades Surdas diferentes:

- Identidade Surda, de pessoas que teriam identidade surda plena;
- Identidade Híbrida, de pessoas que nasceram ouvintes e se tornaram surdas;
- Identidade de Transição, filhos de pais ouvintes que descobrem tardiamente a comunidade surda, partindo do mundo auditivo para o visual;
- Identidade Flutuante, pessoas que, por não terem sido inseridas em nenhuma comunidade surda, identificam-se mais com a cultura ouvinte, valorizando-a como superior à dos Surdos, reduzindo suas lutas e sua história; e
- Identidade Embaraçada, na qual haveria pessoas que não têm referência em nenhuma das culturas e apresentam dificuldades de se relacionar com ambas, além de dificuldades globais de aprendizagem e de comunicação.

Desse ponto de vista, a primeira ação do professor para que o ensino de Língua Portuguesa para Surdos seja mais efetivo seria demonstrar para os Surdos e ouvintes que os primeiros integram uma comunidade própria, autossuficiente, capaz e culturalmente rica, porém, composta por indivíduos plurais, tal qual a comunidade ouvinte.

A busca por práticas metodológicas, que insiram nas aulas elementos culturais e identitários da comunidade Surda, também se faz essencial, pois, assim, partindo-se do reconhecimento identitário entre o discente e a disciplina trabalhada, a aprendizagem de Língua Portuguesa na sua modalidade escrita atingiria um patamar concreto e significativo para o discente.

A forma como a sociedade se relacionou historicamente com as deficiências também afeta o modo como a comunidade Surda é recebida nas Escolas. Sobre isso, Valle (2014) ao resgatar a história das deficiências, lembra-nos de que elas foram culturalmente representadas como empecilhos, visão que afeta, mesmo que inconscientemente, pessoas de todas as idades.

São comuns as obras que associam a maldade, a incapacidade ou os esforços hercúleos a traços que nos remetem à deficiência física ou à deformidade corporal, como é possível identificar em obras da cultura universal, como o Quasímodo, em *O Corcunda de Notre Dame*; a Fera, em *A Bela e a Fera*; a Bruxa corcunda de nariz longo, em *A Branca de Neve e Os Sete Anões* e tantas outras personagens presentes em outras obras equivalentes. Da mesma forma, a presença de tais associações em séries, filmes, programas de televisão e nas piadas da cultura popular reverberam a relação disruptiva entre a sociedade e as deficiências ao longo da história.

O presente trabalho reconhece, então, que é através da compreensão dos processos sócio-históricos que o professor de Língua Portuguesa pode idear e propor ações que estimulem a identificação, o conhecimento e a manutenção da identidade do discente na cultura veiculada pelas aulas de língua na educação básica.

Sabe-se que a formação do professor é capital para o ensino em todos os contextos, mas a respeito do ensino de Língua Portuguesa aos discentes Surdos é basilar uma capacitação profissional que permita aos docentes o desenvolvimento de práticas pedagógicas que levem os alunos a superarem quaisquer dificuldades que encontrarem, pois o papel do docente é elementar para o desenvolvimento social, acadêmico e identitário dos discentes. Sobre isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de dezembro 1996, estabelece:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Ainda assim, infelizmente, nem todos os docentes estão preparados para desempenhar a sua função no processo de ensino da comunidade Surda brasileira e esta não é uma dificuldade encontrada apenas por professores de Língua Portuguesa, mas, de forma geral, de toda a comunidade escolar.

A incapacidade de se desenvolverem atividades didáticas que garantam a inclusão dos discentes Surdos e dos demais deficientes pode ser, em parte, um reflexo do estigma historicamente atribuído às pessoas com deficiência pela sociedade que, muitas vezes, faz com que esses sujeitos sejam vistos como incapazes de participar da vida cotidiana ou de se desenvolver como os demais na sala de aula, visão errônea e preconceituosa que deve ser combatida com o compartilhamento de conhecimentos e saberes diversos e com a formação contínua do educador.

Nesse sentido, Antunes (2005) reconhece como a falta de aprofundamento teórico sobre o fenômeno da linguagem humana contribui para uma prática pouco ideal dos professores da Educação Básica, acarretando, frequentemente, dificuldades para os alunos de todas as etapas.

Uma parte integral da atividade docente é a pesquisa e a busca por novos conhecimentos, novas metodologias que provocam mudanças nas práticas pedagógicas. Sobre a formação do docente, Nordio (2015) discorre que buscar novos conhecimentos a respeito da inclusão e desenvolver, junto a eles, atitudes proativas quanto ao ensino é essencial para amenizar a falta de formação e instrução voltada ao trabalho educacional inclusivo.

A pesquisa e a curadoria de informações são processos que interagem com a educação como um todo e que devem fazer parte da vida profissional de todo docente e da vida educacional de todo discente. Sem uma cultura de pesquisa e de revisitação das práticas escolares torna-se impossível ao professor atender às mudanças sociais e tecnológicas em que a Escola está inserida. Ao aluno também se torna extremamente árduo desenvolver novas percepções acerca da sociedade em que compõe, pois, sem a fundamentação teórica e a observação do mundo, deixa-se de criar, inventar e reinventar na prática pedagógica e no convívio social.

Buscando identificar entre os docentes as potencialidades e dificuldades enfrentadas no processo de inclusão educacional da comunidade Surda em sala de aula regular, durante a presente pesquisa foram entrevistados oito professores de Língua Portuguesa que ministram aulas nos anos finais do Ensino Fundamental em diferentes escolas paulistanas: uma da rede Municipal, uma da rede Estadual na Zona Oeste e uma escola privada na região central de São Paulo. Nas entrevistas, foram abordados aspectos como formação, incentivo técnico, convívio com a comunidade Surda, materiais didáticos, engajamento com a educação inclusiva e práticas pedagógicas, que resultaram nas informações importantes descritas abaixo.

Foram feitas as seguintes perguntas aos entrevistados:

- Durante a sua formação, você teve contato com alunos ou professores com deficiência?
- Você convive ou já conviveu com alguma pessoa Surda?
- Você já ministrou aula ou se imagina lecionando para/com pessoas Surdas?
- Quais das seguintes abordagens você aplicaria em uma sala de aula com um aluno Surdo?
- Você mudou as práticas metodológicas em sala de aula quando ministrou aula para alunos surdos? Se sim, quais foram as mudanças?
- Você conhece a Cultura Surda?
- Você acha importante que os alunos ouvintes também tenham contato com a Cultura Surda?

Quando perguntados a respeito de sua formação profissional, todos os oito educadores entrevistados afirmaram ter estudado a respeito da Educação Inclusiva e da Educação de Surdos, seja durante a formação universitária ou em cursos e formações oferecidas pelas redes/instituições de ensino em que trabalham.

Neste ponto, as instituições de ensino e as redes educacionais estão seguindo as orientações legais ao oferecer formações com vistas à atuação dos docentes, porém, mesmo assim, talvez tais propostas formativas precisem ser repensadas para garantir maior engajamento, pois incapacidade de comunicação e criação de vínculos entre o professor e o aluno Surdo é um medo comum apontado pelos professores entrevistados.

Todos os docentes concordaram que o pouco conhecimento que detêm em Libras e a respeito da Cultura Surda pode ser um fator limitante durante o ensino de alunos Surdos, mesmo que contem com o apoio do intérprete de Libras, profissional responsável pela mediação entre o aluno, o professor e o conteúdo, e dos programas de inclusão.

A falta de conhecimento dos docentes a respeito da comunidade Surda pode ser vista como um ponto preocupante que é, ao mesmo tempo, resultado da falta de representatividade

escolar. Enquanto algumas escolas, à revelia da iniciativa estadual, buscam introduzir elementos culturais das comunidades minorizadas nas suas práticas educacionais, várias delas deixam de se preocupar com a representatividade e, como consequência, acabam afastando os alunos da instituição, fenômeno que pode estar relacionado às respostas seguintes.

Quando perguntados a respeito do convívio com pessoas Surdas dentro e fora das escolas, apenas seis professores afirmaram ter lecionado para discentes Surdos: três deles por mais de um ano, e apenas dois dentre os oito professores tiveram contato com colegas ou professores Surdos durante a formação universitária.

Dos seis que afirmaram ter ensinado alunos Surdos apenas quatro se sentem inclinados a dar aula para novos discentes Surdos, sendo uma preocupação comum para todos os docentes a baixa representatividade escolar dessa comunidade e a falta de estruturas, materiais didáticos e/ou paradidáticos que abordem a Surdez.

Inclusão Escolar de alunos Surdos não é só garantir bons materiais e serviços capazes de manter a permanência deles nas salas de aula regulares. É também a construção de um espaço representativo, no qual os alunos enxerguem a si mesmos como parte integrante e importante da instituição, sendo capazes de gozar das mesmas experiências e aprendizagens que os demais.

Ver personagens surdos nos materiais didáticos das aulas de Língua Portuguesa, conhecer a História Surda, ter contato com narrativas produzidas por Surdos na Língua Portuguesa, e, quem sabe, ter mais contato com a cultura surda são situações que tornam o discente interessado e engajado no aprendizado de Língua Portuguesa e auxiliam os docentes no ato de ensinar.

Por fim, quando perguntados sobre as práticas metodológicas que usaram durante o período em que ensinaram alunos Surdos, três entre os seis docentes que tiveram contato com esses alunos afirmaram ter se sentido motivados pela promoção da cultura Surda entre os alunos ouvintes, mas encontraram dificuldades em como fazê-lo.

Um dos docentes afirmou que ainda aplica anualmente projetos com a temática da surdez e dois outros docentes implantaram atividades assim enquanto tiveram alunos Surdos. Já os outros três professores afirmaram que não viram nem veem necessidade de mudar as práticas de ensino, por, segundo eles, serem a Sala de Recursos e as demais entidades das redes de ensino as responsáveis pela implantação de ações de inclusão.

Dentre as conclusões alcançadas a partir da última etapa da entrevista, é significativo conceber que muitos dos docentes não se sentiram apoiados a desenvolver um diálogo com

as outras entidades que dariam o suporte à inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula regular.

É crucial ressaltar também que a existência de espaços e entidades capazes de dar suporte à inclusão dos discentes não os torna unicamente responsáveis pela Educação Inclusiva. A Escola, como instituição, é formada por todos aqueles que com ela interagem e só se torna verdadeiramente inclusiva quando todos os agentes atuam juntos pela garantia do direito de aprender dos discentes que ali frequentam. Por isso, é primordial que a unidade escolar, o aluno e a comunidade interajam e discutam quais caminhos devem ser tomados para garantir, com o apoio técnico e a formação de seus profissionais, que o ambiente escolar seja um ambiente inclusivo, capaz de atender às necessidades educacionais de todos que vierem a frequentá-lo.

A escolha de um dos docentes por manter os projetos de difusão de saberes a respeito da Surdez e da cultura Surda nas aulas de Língua Portuguesa é muito gratificante e meritória, pois amplia a representatividade escolar.

Garantir que os alunos estejam familiarizados com a Surdez é possibilitar que eles, futuramente, tenham maior engajamento e aceitação com os Surdos, e, também, indiretamente, com outras deficiências. São projetos assim que possibilitam a quebra dos preconceitos e das violências estruturais que tanto permeiam a nossa sociedade e que ainda hoje causam entraves na educação de Surdos e na Educação Inclusiva como um todo.

É marcante evidenciar que, embora os dois professores do colégio particular ouvidos não tenham lecionado Língua Portuguesa a alunos Surdos, a instituição em que trabalham promove no contraturno, por meio do projeto bilíngue, o ensino de Libras e a difusão da Cultura Surda para os alunos do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. Essa iniciativa institucional é valorosa, pois prepara os alunos para o possível e provável convívio com Surdos na escola, nos anos vindouros, ou em outros espaços da vida social dos educandos, sendo assim, um projeto que amplia a representatividade dos Surdos no ambiente educacional e na sociedade.

O ensino da Língua Portuguesa é essencial para que todo e qualquer indivíduo da sociedade brasileira seja capaz de desempenhar a cidadania, acessar e compreender os seus direitos e cumprir com os seus deveres. É por meio da língua e da vida escolar que as pessoas garantem o acesso à informação, ao aprendizado, à reflexão de terceiros e de si mesmas, possibilitando a ampliação de seus objetivos pessoais e profissionais, bem como a adesão e a reformulação de suas identidades, da forma como interagem com os demais e com o mundo, devendo, para isso, haver a identificação dos discentes com a escola que frequentam.

Sendo a Libras uma língua natural e complexa, dotada de variações, de criatividade e de uma estrutura que contempla desde unidades mínimas a unidades complexas de significação, é primordial que o ensino de Língua Portuguesa para a comunidade Surda assim a reconheça e articule as particularidades de ambas as línguas de forma a garantir o aprendizado e o domínio da expressão escrita na Língua Portuguesa pelos alunos Surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propondo-se a identificar as práticas metodológicas de ensino aplicadas em três instituições com vieses educacionais diferentes e com estruturas diferentes, o presente trabalho se propôs a vislumbrar uma pequena parte de um quase infinito universo educacional, sem deixar de reconhecer o seu papel introdutório em uma discussão que merece maior aprofundamento teórico e a análise de um recorte maior de escolas para a aferição mais precisa da realidade educacional paulistana.

A revisão bibliográfica foi medular para a identificação de um caminho comum proposto e discutido por diferentes entidades e especialistas para uma escola realmente inclusiva: a adoção de práticas metodológicas que proporcionem maior representatividade e que abarquem a cultura das diversas comunidades que juntas integram a sociedade brasileira. É por meio do diálogo e da negociação de visões de mundo, de interpretações da realidade, e de experiências entre os alunos Surdos e os alunos ouvintes que o Ensino de Língua Portuguesa para Surdos pode alcançar maior grau de sucesso.

Essa percepção apresentada nos documentos e trabalhos analisados é reforçada pelas respostas obtidas durante as entrevistas com professores da Educação Básica. Dentre os seis docentes que afirmaram ter ensinado Língua Portuguesa para alunos Surdos, os que demonstraram maior engajamento na proposta de atividades inclusivas e na negociação de realidades foram, também, aqueles cujos alunos permaneceram maior tempo na instituição.

Embora os dados recolhidos não possam permitir uma associação direta entre a manutenção do aluno na escola e a atitude proativa e acolhedora do docente e da instituição, não se pode deixar de lado a importância dessas atitudes na criação de um ambiente capaz de estimular o convívio democrático e inclusivo entre os alunos e de despertar neles o sentimento de pertencimento.

Ainda há muito o que avançar e as inseguranças que todos os docentes manifestaram sobre a capacidade de ensinar alunos Surdos é um sinal disso. Porém, sendo o combate à

exclusão uma dívida histórica brasileira, que deve ser paga a diversas comunidades minorizadas ao longo da história nacional, mesmo com a aparente falta de formação dos docentes entrevistados e com a pouca difusão das práticas incentivadas pelos documentos legais dentre eles, os resultados dessa pesquisa parecem demonstrar a tímida, porém resiliente, constituição de uma visão educacional inclusiva, a partir da qual todos os docentes entrevistados demonstraram desejo de incluir, faltando-lhes a capacidade técnica e o apoio institucional para tal.

Para que a visão da Educação Inclusiva continue a ser difundida e aplicada nas instituições educacionais brasileiras, é vital que o ato de pesquisar se torne uma prática ainda mais comum entre os sujeitos que interagem, de alguma forma, com a educação nacional. Como resultado da observação do mundo e da ação humana, através da formulação de questões e de hipóteses, a pesquisa, com intencionalidade, é um dos mais importantes vetores para a transformação social.

Sem a plena formação dos profissionais da educação e sem o apoio técnico das entidades pertinentes, a pluralidade introduzida nas salas de aula regulares pode se tornar um fator de exclusão de vivências, saberes e conhecimentos.

Dessa forma, ressalta-se a importância, também, do incentivo às pesquisas sobre educação, pesquisas estas que agem como orientadores do fazer pedagógico ao apresentarem um importante papel na difusão e criação de conhecimentos que poderão ser a base de novas práticas de ensino. É por meio da pesquisa que se pode pautar a atuação docente e, criticamente, reconhecer quais atividades se identificam melhor com sua comunidade escolar.

Segundo Lüdke (2018, p. 02), “para se realizar uma pesquisa, é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico construído a respeito dele”. Por isso, as pesquisas sempre partem de conhecimentos anteriores que servem como ponto de partida para a compreensão do objeto de estudo, mesmo que a pesquisa busque desestimar um determinado ponto de vista sobre o objeto.

Não coube a este trabalho impor nenhum juízo de valor ao trabalho docente, mas, sim, nas palavras de Nunes, Saia e Saraiva (2015), oferecer um tijolo a mais pela construção dessa tão desejada escola inclusiva. Além disso, este trabalho se dispôs a buscar as potencialidades e vicissitudes, oferecendo pontos de vista que levem a possíveis saídas através da reflexão sobre a rica experiência de todos os educadores que atuam ou atuaram com o ensino de Língua Portuguesa para Surdos, reflexão indispensável para alicerçar futuras práticas docentes e garantir, cada vez mais, a cidadania desses estudantes.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Aula de Português: encontro & interação*. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. A etapa do ensino fundamental: Língua portuguesa. Brasília: MEC, 2017.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Capítulo V: Da Educação Especial. Artigo 59, inciso III. Brasília, 1996.
- _____. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Capítulo IV: do direito à educação, 2015.
- _____. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002b*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm Acesso em: 20 abr. 2021.
- _____. *Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos*. Coordenação geral: SEESP/MEC; organização: Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- GESSER, Audrei. *LIBRAS? que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.
- HANNA, Vera Harabagi. *Língua, cultura, comunicação: a dimensão intercultural nos estudos de línguas estrangeiras*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019.
- LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas* / Menga Lüdke, Marli E. D. A. André. - [2. ed]. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: E.P.U., 2018.
- NORDIO, Izorlei. *Educação inclusiva e políticas de inclusão: a busca de um novo educador para uma nova educação*. Artigo apresentado ao curso de Especialização Educação e a Interface com a Rede de Proteção Social, 2015.
- NUNES, Sylvia; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana. *Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família*. Psicologia: ciência e profissão, 2015.
- PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos* [recurso eletrônico]: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SILVA, Irinete Maria dos Santos. *A utilização da Libras no ensino da Língua Portuguesa*: uma proposta bilíngue na educação regular. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras-Licenciatura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. Orientador: Valéria Bussola Martins.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola*: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 2005.

VALLE, Jan W. *Ressignificando a deficiência* [recurso eletrônico]: da abordagem social as práticas inclusivas na escola / Jan W. Valle, David J. Connor; tradução: Fernando de Siqueira Rodrigues; revisão técnica: Enicéia Gonçalves Mendes, Maria Amélia Almeida. Dados eletrônicos. Porto Alegre: AMGH, 2014.

Contatos: luan.ramos05@gmail.com e valeria.martins@mackenzie.br